



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A REALIDADE DO AEE NA PRÁTICA PEDAGÓGICA EM UM TRABALHO COLABORATIVO COM O ENSINO REGULAR: Entre a teoria e a prática: a integração do AEE ao ensino regular.

ALINE VALENÇA DE OLIVEIRA RIBAS¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a função do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo de inclusão de estudantes que possuem de necessidades especiais e/ou transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e sua integração ao ensino regular. A investigação discute políticas públicas e legislações que fundamentam a Educação Especial, destacando o papel do professor do AEE e sua parceria com o docente da sala comum. A deficiência e os transtornos do neurodesenvolvimento, acarretam limitações cognitivas, sociais e adaptativas que interferem na autonomia e no aprendizado, exigindo estratégias diferenciadas e recursos pedagógicos que reduzam barreiras educacionais. Nesse contexto, o AEE se apresenta como recurso essencial, pois elabora planos individualizados e disponibiliza metodologias que favorecem a aprendizagem. Historicamente, a Educação Especial no Brasil foi marcada por práticas segregacionistas e de caráter assistencialista, mas a partir da Constituição de 1988 e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, observa-se um movimento em direção à escolarização no ensino regular. A pesquisa evidencia que a formação inicial e continuada dos professores, prevista na Resolução n.º 4/2009 e no Decreto n.º 7.611/2011, é fundamental para a consolidação de práticas inclusivas. Conclui-se que a inclusão efetiva requer não apenas recursos, mas também um trabalho colaborativo entre professores e demais profissionais da educação, capaz de superar desafios pedagógicos e possibilitar o desenvolvimento pleno dos estudantes, fortalecendo a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado (AEE). Educação Especial. Inclusão.

Introdução

A presente pesquisa surgiu das inquietações relacionadas ao processo de inclusão de estudantes com deficiência, motivadas pela observação de desafios recorrentes na prática escolar, especialmente no que se refere ao papel do professor e à articulação entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Historicamente, a Educação Especial no Brasil foi marcada por práticas segregacionistas e assistencialistas, em que estudantes com deficiência eram atendidos em instituições separadas, como o Instituto Benjamin Constant (1854), voltado para pessoas com deficiência visual; o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (1857), direcionado a estudantes com deficiência auditiva; e a APAE

¹ Graduada em Letras pela UESB. Especialista em Educação Especial com ênfase em transtornos globais. Especialista em Educação Infantil, Alfabetização e Letramento. Estudante do curso de Pedagogia na UESB, na cidade de Itapetinga, no estado da Bahia, no Brasil. aline.ribas@uesb.edu.br



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

(1954), que ampliou o suporte a famílias e alunos com diferentes tipos de deficiência. Com a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), consolidou-se o direito de acesso e permanência desses estudantes no ensino regular, estabelecendo o AEE como recurso complementar, cujo objetivo é oferecer apoio pedagógico e favorecer a autonomia dos alunos, sem substituir a escolarização regular.

O transtorno do neurodesenvolvimento, acarreta limitações cognitivas, sociais e adaptativas que afetam a autonomia, a interação social e o desempenho acadêmico, demandando metodologias diferenciadas, recursos pedagógicos específicos e formação contínua dos professores (BRASIL, 2009; BRASIL, 2011). Entre os recursos do AEE destacam-se adaptações curriculares, materiais pedagógicos acessíveis, tecnologia assistiva, ensino de linguagens específicas, atividades de reforço e estratégias que promovam a socialização do aluno. Apesar dessas ferramentas, os professores da sala comum frequentemente relatam insegurança para lidar com a diversidade, tendendo a propor atividades simplificadas ou roteirizadas, o que reforça a importância da colaboração com o profissional do AEE.

Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e análise documental, contemplando legislações, políticas públicas e pesquisas recentes sobre AEE, práticas inclusivas e colaboração docente. O objetivo central é analisar a realidade do AEE na prática pedagógica, destacando sua integração com o ensino regular. Como desdobramentos, busca-se mapear legislações e políticas que orientam o atendimento, discutir o papel do professor especializado e sua articulação com o professor da sala comum, além de compreender como práticas colaborativas impactam a aprendizagem, o desenvolvimento e a inclusão social dos estudantes. A pesquisa evidencia que a colaboração entre professores, o uso de recursos pedagógicos adequados e a flexibilização curricular são fundamentais para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, capaz de promover equidade, autonomia e aprendizado de qualidade para todos os alunos.

Revisão de Literatura

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) foi criado para fornecer suporte, identificar, elaborar e planejar recursos pedagógicos com o intuito de promover a acessibilidade. Segundo as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

Educação Básica, estabelecidas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2009), esse atendimento atua como um complemento no processo de formação dos alunos. Seu foco está no trabalho desenvolvido na escola, visando à autonomia e à independência dos estudantes. Os recursos necessários para isso incluem desde a adaptação do currículo até a criação de materiais pedagógicos específicos.

Sendo regulamentado no Brasil pelo Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, o atendimento Educacional Especializado, foi posteriormente revogado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. O objetivo desse atendimento é fornecer apoio, quando necessário, tanto para os profissionais quanto para os alunos nas escolas, visando assegurar uma educação inclusiva.

No Brasil, diante da demanda por uma educação mais inclusiva, surge a nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE). Essa política busca assegurar às famílias o acesso e o direito à educação, seja em escolas regulares, especiais ou bilíngues, no caso de pessoas surdas. O foco está na valorização da singularidade de cada indivíduo.

A Política Nacional de Educação Especial tem como objetivo oferecer apoio educativo por meio de salas de recursos, promovendo melhorias na infraestrutura, garantindo maior acessibilidade física, proporcionando serviços pedagógicos mais adequados e aprimorando o Atendimento Educacional Especializado.

A nova Política Nacional de Educação Especial surge em um contexto tenso e conflituoso, influenciado por diferentes concepções de educação e formação humana que permeiam o ambiente escolar. Em 2018, após diálogos e consultas com especialistas, foi elaborado um relatório que buscou ouvir as diversas vozes do cenário educacional. Esse documento se preocupa em avançar na área da educação especial, propondo o termo "educação especial inclusiva", com o objetivo de promover um trabalho equitativo e inclusivo, focado no aprendizado das pessoas com deficiência ao longo de suas vidas (BRASIL, 2020).

Decretada em 30 de setembro de 2020, a PNEE é instituída em um sistema de colaboração entre os municípios, estados e o Distrito Federal, a fim de implementarem ações para garantir e manter o direito ao atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Ainda, o mesmo documento explica que a Educação Especial começa desde a educação infantil e permanece



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

no curso da vida. Além disso, essa modalidade de educação é aberta para o uso de diversas técnicas, equipamentos de ensino e concepções teóricas, para construir um material didático-pedagógico que contemple a todos os alunos em suas singularidades e todos os professores em seus modos de lecionar.

O foco principal da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) é oferecer um ensino equitativo, garantindo uma educação plenamente inclusiva nas salas de aula regulares, nas escolas, nas salas especializadas e nas escolas bilíngues para surdos. Sendo um direito de todos, a Educação Especial na perspectiva inclusiva exige que os atores escolares realizem uma série de “adequações” pedagógicas para construir um ensino inclusivo que atenda às particularidades de cada pessoa, sem criar privilégios.

O cuidado central é garantir que a deficiência não leve a uma hierarquização de espaços, mas sim a um ambiente de equidade, onde todos os alunos possam aprender e se desenvolver de forma justa e igualitária.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge em um contexto de conflitos educacionais, onde é necessário oferecer um suporte adicional aos professores para que compreendam a dinâmica da sala de aula com alunos com deficiência e a relação entre esses alunos, o professor e as demais crianças. Como suporte, Salvini et al. (2019) destacam o papel do profissional do AEE nas elaborações pedagógicas do professor regente, seja por meio de atividades escolares que promovem a integração do aluno no ambiente coletivo, seja ao oferecer um espaço para que o professor possa expressar suas angústias e desafios.

De acordo com o Decreto n.º 7.611/11, é fundamental que os professores das classes comuns e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) se articulem para garantir a acessibilidade ao currículo e promover um ensino que favoreça a aprendizagem e a participação de todos. Os educadores que atuam no AEE enfrentam o desafio de construir uma relação de troca e colaboração com os professores regulares de seus alunos, buscando informações adicionais sobre o desempenho deles e aumentando as chances de que o trabalho realizado no AEE tenha reflexo nas classes comuns.

De acordo com Carneiro (2012, p. 83) “cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade”. Dessa forma, é essencial que as instituições de ensino adotem e adaptem metodologias que enriqueçam suas aulas e contribuam para o processo de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

ensino e aprendizagem de alunos com diferentes tipos de deficiência.

Entre as diversas formas de colaboração nas escolas, a parceria entre o professor especializado e o professor da sala comum se destaca dentro do ambiente escolar inclusivo. A educação especial, que historicamente tinha um caráter substitutivo, agora assume um papel complementar dentro do modelo de educação inclusiva. A política educacional brasileira prevê que o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência funcione como um suporte ao trabalho escolar, devendo ser oferecido por professores especializados em horários alternativos aos da escolarização regular do aluno.

A parceria entre os professores de AEE e os de sala regular é crucial para o desenvolvimento mais efetivo dos alunos atendidos por esse suporte especializado. Portanto, é necessário compreender como essa relação está sendo estabelecida e desenvolvida.

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), o professor especializado em educação especial tem várias atribuições, incluindo o apoio ao professor da sala comum. Os professores da educação especial e regular não podem assumir sozinhos as responsabilidades de uma classe inclusiva, não cabe apenas à um único agente. É fundamental que todos os envolvidos na experiência de inclusão se empenhem para oferecer uma educação de excelência a todos os alunos. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2007, p. 16).

A prática pedagógica inclusiva deve ser formada pela combinação do conhecimento que o professor adquiriu ao longo de sua trajetória e pela disposição em explorar novas abordagens que considerem a diversidade dos alunos e suas características individuais. As práticas pedagógicas inclusivas ainda estão defasadas, em grande parte devido às experiências



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

culturais e sociais que vivenciamos. Há menos de duas décadas, muitos cursos de formação de professores mal abordavam as diferenças educacionais relacionadas às deficiências, o que resultou em uma formação e prática desvinculadas dessa realidade. Portanto, a formação inicial e continuada dos professores da educação especial é essencial para superar esse modelo. Essa formação deve incluir uma reflexão sobre o papel do professor na educação de todos os seus alunos.

O trabalho do professor da sala regular está intimamente relacionado ao ensino de alunos considerados típicos, ou seja, aqueles que se encaixam nos padrões sociais estabelecidos. Contudo, mesmo entre esses alunos, existem diferenças tanto nas metodologias quanto nas interações interpessoais que ocorrem em sala, já que a aprendizagem é um fenômeno individual e vivenciado de maneiras distintas por cada pessoa. Apesar disso, o planejamento do professor é predominantemente voltado para esse grupo. Quando um aluno com necessidades específicas entra na turma, é essencial que o planejamento do professor seja flexível o suficiente para permitir adaptações eficazes, sem comprometer a qualidade do ensino. Essa flexibilização curricular deve abranger toda a prática pedagógica. O planejamento das atividades deve levar em conta as diferentes maneiras de aprender dos alunos. Para os alunos com deficiência, é necessário considerar cada particularidade do processo de aprendizagem, implementando ações práticas durante as aulas e buscando metodologias, estratégias e recursos adequados às necessidades individuais. Isso deve resultar em uma avaliação formativa que reconheça a evolução de cada aluno.

Diversos caminhos são viáveis e necessários para a construção de um modelo inclusivo na escola. A colaboração demanda o compromisso dos professores que trabalharão juntos, assim como dos administradores, do sistema escolar e da comunidade. Também envolve tempo, apoio, recursos, pesquisa, monitoramento e, acima de tudo, persistência.

Sempre foi comum os professores da sala regular e os especializados atuarem de forma isolada devido ao modelo separatista aplicado aos alunos com deficiência, resultando em uma falta de experiência colaborativa. Contudo, a colaboração se mostra uma abordagem eficaz para a criação de escolas inclusivas. O desafio é desenvolver modelos de cooperação onde o professor comum, com sua vivência no ensino e na gestão da sala, e o professor especializado, que possui conhecimento sobre as especificidades das deficiências, combinem suas expertises para promover o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os alunos.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

Se as estratégias de ensino não forem revisadas e ajustadas, os alunos podem ser rotulados e sua aprendizagem comprometida. Nesse contexto, a colaboração entre o professor especializado e o professor da sala regular pode derrubar barreiras e aprimorar o trabalho pedagógico. A prática colaborativa requer mudanças na estrutura da escola, substituindo a cultura de trabalho isolado entre os professores por uma nova cultura de compartilhamento de saberes, que favoreça a aprendizagem de todos os alunos.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) demanda uma reflexão contínua sobre a prática pedagógica, uma vez que o contexto escolar inclusivo é dinâmico e permeado por desafios variados, que vão desde a heterogeneidade da aprendizagem até a necessidade de adequação de recursos físicos e tecnológicos. Nesse sentido, a integração entre professores da sala regular e especialistas em educação especial assume caráter estratégico, visto que favorece o planejamento compartilhado, a análise de resultados e o aprimoramento das intervenções pedagógicas. A atuação colaborativa permite não apenas o desenvolvimento de atividades adaptadas, mas também o monitoramento do progresso individual dos alunos, a identificação precoce de dificuldades e o ajuste de metodologias conforme as necessidades emergentes. Essa articulação é fundamental para garantir que o processo de aprendizagem não se restrinja à presença física do aluno na sala comum, mas se estenda à sua participação efetiva, autonomia e engajamento social.

A tecnologia assistiva constitui outro elemento crucial na potencialização da aprendizagem inclusiva, fornecendo aos alunos instrumentos que ampliam suas habilidades de comunicação, interação e resolução de problemas. Ferramentas como softwares educativos, leitores de tela, pranchas de comunicação e aplicativos adaptativos oferecem condições de equidade, permitindo que estudantes com diferentes tipos de deficiência tenham acesso a conteúdos e atividades em níveis comparáveis aos demais colegas. O uso dessas tecnologias requer, contudo, capacitação docente contínua e planejamento pedagógico cuidadoso, de forma que o recurso não seja apenas um complemento técnico, mas parte integrante de estratégias de ensino individualizadas, orientadas para objetivos claros de aprendizagem e participação social.

O AEE também desempenha papel significativo na promoção da avaliação formativa, que se caracteriza por considerar o desenvolvimento individual de cada estudante em suas múltiplas dimensões: cognitiva, socioemocional e comportamental. Diferentemente de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

avaliações tradicionais, que se concentram em resultados padronizados, a avaliação formativa permite identificar avanços graduais, dificuldades persistentes e potencialidades específicas, fornecendo subsídios para ajustes imediatos no planejamento pedagógico. Essa abordagem fortalece a percepção do aluno como sujeito ativo do processo de aprendizagem e contribui para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, ético e comprometido com a diversidade.

Ademais, políticas públicas complementares, como programas de formação continuada e incentivos à pesquisa em educação inclusiva, potencializam a eficácia do AEE. A articulação entre diferentes níveis de governo, instituições de ensino superior e escolas permite que experiências exitosas sejam sistematizadas e replicadas, promovendo o desenvolvimento de estratégias inovadoras de ensino e o fortalecimento da cultura inclusiva. A construção de um sistema integrado de acompanhamento e avaliação de políticas públicas garante, ainda, a implementação de práticas consistentes e sustentáveis, que respeitem a diversidade regional e as especificidades de cada instituição escolar.

O AEE também desempenha função social ao favorecer a integração do aluno com necessidades especiais na comunidade escolar. Por meio de atividades planejadas que estimulam a interação entre pares, a resolução de conflitos, o trabalho em equipe e a participação coletiva, os estudantes desenvolvem habilidades socioemocionais essenciais para sua inclusão plena. Essa dimensão social do atendimento não deve ser compreendida de forma isolada, mas sim articulada às práticas pedagógicas e ao currículo adaptado, garantindo que o processo educativo seja simultaneamente acadêmico e formativo. A atenção às competências socioemocionais contribui para reduzir preconceitos, estigmas e a exclusão social, promovendo um ambiente escolar mais ético e colaborativo.

A gestão escolar assume papel estratégico nesse cenário, uma vez que a implementação efetiva do AEE exige articulação administrativa, definição de políticas internas de inclusão, alocação adequada de recursos humanos e materiais, e incentivo à participação ativa de toda a comunidade escolar. Gestores comprometidos com a inclusão contribuem para a construção de espaços de diálogo entre professores, pais, alunos e especialistas, promovendo cultura de colaboração, valorização da diversidade e planejamento pedagógico compartilhado. O sucesso do AEE depende, portanto, não apenas do esforço individual dos professores, mas de um



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

sistema educacional articulado, capaz de sustentar práticas pedagógicas inclusivas em longo prazo.

Por fim, o desenvolvimento contínuo da educação inclusiva passa pela reflexão crítica sobre as práticas implementadas, pela troca de experiências entre escolas e pelo incentivo à inovação pedagógica. O AEE deve ser compreendido como um processo dinâmico, em constante evolução, que requer atualização constante das metodologias, incorporação de novas tecnologias, formação docente sólida e articulação entre todos os atores da comunidade escolar. A efetividade do atendimento especializado está diretamente relacionada à capacidade do sistema educacional de responder às demandas individuais de cada estudante, promovendo equidade, autonomia, aprendizado significativo e participação plena, consolidando assim a perspectiva de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com foco na análise de documentos oficiais, legislações e literatura acadêmica relacionada à Educação Especial e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Optou-se por essa perspectiva devido à necessidade de compreender o processo de inclusão escolar, o papel dos professores e a articulação entre o ensino regular e o AEE a partir de fontes confiáveis e sistematizadas. A pesquisa consistiu em revisão bibliográfica de livros, artigos científicos e publicações especializadas que abordam temas como Educação Especial, inclusão escolar, formação de professores e colaboração docente, permitindo identificar conceitos, teorias e práticas recomendadas para o atendimento de estudantes com necessidades especiais e transtornos globais do desenvolvimento, bem como compreender o contexto histórico e legal da Educação Especial no Brasil. Paralelamente, realizou-se análise documental de legislações, decretos, resoluções e políticas públicas, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto nº 7.611/2011 e a Resolução CNE/CP n.º 4/2009, com o objetivo de mapear diretrizes que orientam a prática pedagógica inclusiva e a colaboração entre professores da sala comum e do AEE. A interpretação crítica dessas fontes possibilitou avaliar como o AEE contribui para a inclusão escolar, quais desafios os professores enfrentam e de que forma a colaboração entre



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

profissionais potencializa o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes. Ressalta-se que o estudo se concentrou exclusivamente em fontes secundárias, caracterizando-se como pesquisa bibliográfica e documental, o que permitiu construir um panorama consolidado da Educação Especial no Brasil e evidenciar a importância do AEE, da formação docente e da articulação colaborativa para a promoção de práticas inclusivas efetivas.

Considerações Finais

A análise conduzida ao longo deste estudo evidencia que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é fundamental para a inclusão de estudantes com necessidades especiais e transtornos globais do desenvolvimento, atuando de forma complementar ao ensino regular. A pesquisa mostrou que a efetivação da inclusão vai além da presença do aluno na sala comum, exigindo práticas pedagógicas articuladas, recursos diferenciados e estratégias que promovam autonomia, socialização e aprendizado significativo.

Além disso, a colaboração entre professores da sala regular e especialistas do AEE se confirma como elemento decisivo para superar desafios pedagógicos, favorecendo o compartilhamento de estratégias, recursos e saberes, e garantindo uma prática educativa que valoriza a diversidade e potencializa o desenvolvimento integral dos alunos.

Em síntese, a inclusão escolar efetiva depende da conjugação de políticas públicas, formação docente, recursos pedagógicos adequados e uma cultura de colaboração, elementos indispensáveis para a construção de uma escola inclusiva, equitativa e capaz de promover aprendizado de qualidade a todos os estudantes.

Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 7 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 set. 2025.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na Educação Infantil. Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 81 – 95, 2012.

SALVINI, R. R.; PONTES, R. P.; RODRIGUES, C. T.; SILVA, M. M. da Costa. **Avaliação do impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a defasagem escolar dos alunos da educação especial**. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 49, n. 3, p. 539-568, jul.-set. 2019.